

**UMA TENTATIVA DE RESPONDER PROVISORIAMENTE À  
PERGUNTA “O QUE É FILOSOFIA?” NO CONTEXTO DO ENSINO  
MÉDIO**

[AN ATTEMPT TO PROVISIONALLY ANSWER TO THE QUESTION “WHAT IS  
PHILOSOPHY?” IN THE CONTEXT OF HIGH SCHOOL]

Evanildo Costeski

[costeski@ufc.br](mailto:costeski@ufc.br)

<https://orcid.org/0000-0001-8713-915X>

*Possui graduação em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração, mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (1997) e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (2004). Pós-doutorado no Centro de História e Cultura da Universidade Nova de Lisboa (2012). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Membro externo do Instituto Eric Weil (IEW) da Université Charles-de-Gaulle, Lille. Professor do Curso de Mestrado e Doutorado em Filosofia da UFC e do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Foi coordenador do Curso de Graduação (2006-2008) e de Pós-Graduação (2010-2012) em Filosofia da UFC e coordenador para Programas Profissionais da área de filosofia da Capes (2017-2022). Presidente da Comissão Própria de Avaliação da UFC desde 2023. Tem experiência na área de Filosofia e em meta-avaliação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Filosofia, Avaliação, Meta-avaliação, Filosofia Brasileira, Kierkegaard, Eric Weil, Violência, Religião e Relações Internacionais.*

Yure César de Moura Almeida

[yure.almeida@prof.ce.gov.br](mailto:yure.almeida@prof.ce.gov.br)

<https://orcid.org/0009-0001-7201-5792>

*Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (2017) e Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2024). Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará desde 2021.*

**DOI: [10.25244/1984-5561.2024.6952](https://doi.org/10.25244/1984-5561.2024.6952)**

Recebido em: 28 de março de 2025. Aprovado em: 7 de maio de 2025

Caicó, ano 17, n. 2, 2024, p. 13-27

ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/1984-5561.2024.6952](https://doi.org/10.25244/1984-5561.2024.6952)

Fluxo Contínuo



**Resumo:** “Filosofia” é um termo sem uma definição unívoca. Isso tem consequências sensíveis nos cursos de filosofia do ensino médio. Enquanto outras disciplinas podem começar seus cursos com uma definição clara do que tal disciplina é, o mesmo não pode ser feito com a filosofia. Mas não seria possível lançar uma definição provisória do que seria a disciplina de filosofia (não a filosofia em si), conforme codificada nos documentos oficiais? Utilizando a pista deixada por Russell, segundo a qual a filosofia fica entre a teologia e a ciência, podemos tentar definir a disciplina de filosofia como “aquilo que sobra” no currículo das ciências humanas e sociais aplicadas: o estudo, através de um ou mais métodos, fundados em uma lógica, dos assuntos humanos e sociais não suficientemente contemplados pela história, pela geografia e pela sociologia. Tal definição é consonante com aquilo que o aluno aprende na disciplina de filosofia no ensino médio e poderia seguramente ser usada na abertura do curso, facilitando a compreensão do aluno acerca dos objetos de estudo e dos métodos empregados para estudar tais objetos. Considerações acerca do tempo da aula e das habilidades requeridas do professor são também feitas.

**Palavras-chave:** Filosofia. Educação. Ensino médio. Definição de filosofia. Ciências humanas e sociais aplicadas.

**Abstract:** “Philosophy” is a term that still lacks a unequivocal definition. This has perceptible consequences in high school philosophy courses. While other disciplines can begin their courses with a clear definition of what the discipline is, the same can not be done with philosophy. But would not it be possible to conceive a provisional definition of what the discipline of philosophy (not philosophy itself) would be, as codified in the official documents? Using the clue left by Russell, according to which philosophy lies between theology and science, we can try to define philosophy as a curriculum component about “that which is left over” in the curriculum of the applied human and social sciences: the study, through one or more methods, based on an any given logic, of human and social issues not sufficiently covered by history, geography and sociology. This definition is consistent with what students actually learn in philosophy courses in high school and could safely be used in the introduction of the course, facilitating the understanding of the objects of study and the methods used to study such objects. Considerations regarding class time and the skills required of the teacher are also made.

**Keywords:** Philosophy. Education. High school. Definition of philosophy. Applied human and social sciences.

## 1 INTRODUÇÃO

Definir filosofia é uma tarefa muito difícil. A pergunta “o que é filosofia?” é clássica e permanece em aberto. Não obstante, em todos os cursos no ensino médio, e mesmo na graduação, a prática de começar pela definição do que seria a matéria a ser estudada é o ponto de partida natural. Definir uma matéria do currículo, seu objeto de estudo e os métodos pelos quais tais objetos são estudados, imediatamente deixa o aluno ciente do que ele estudará, como estudará e para que serve tal matéria. Uma definição de filosofia tornaria, talvez, o curso mais fácil de ser lecionado, mas tal definição não existe. Ou melhor: existe uma pluralidade de definições, de forma que os próprios professores de filosofia talvez não estejam de acordo com a definição que se deveria usar no ensino médio. Mesmo neste artigo, somos partidários, embora com reservas, de uma definição específica.

Mas não seria possível definir o que é filosofia olhando para a sua etimologia? É o “amor pela sabedoria”, não é? Não exatamente: há um número de amantes da sabedoria que não podemos chamar de filósofos. Cientistas, professores, artistas, religiosos, eruditos, todas essas pessoas também amam o saber, mas sem seres filósofas. Em que o amor do filósofo difere do amor sentido por essas pessoas? Por essa razão, uma definição etimológica não é suficiente. Ela deve ser etimológica, mas não somente. O filósofo é um amigo do saber, mas um tipo específico de amante do saber, diferente dos outros tipos.

Mas e quanto às definições já apresentadas na história, as definições clássicas? Elas permanecem atuais? Se sim, até que ponto? Essa é uma pergunta pertinente, pois o termo “filosofia” sofreu mudanças de significado ao longo do tempo (Marcondes, 2005, página 150, nos conta sobre como Heidegger escreveu um trabalho sobre isso), algo que pode acontecer com qualquer termo de uso corrente. Talvez valha a pena revisar algumas definições aqui e verificar o que se pode aproveitar delas.

O filósofo é um tipo de “obstetra”, como Sócrates queria ser metaforicamente? Seria a filosofia uma “arte obstétrica espiritual” (Nicola, 2005, p. 58)? Talvez, pois é possível fazer filosofia dialogicamente, mas se o filósofo é apenas um parceiro, fazendo a verdade aparecer dentro dos outros através de perguntas mais ou menos direcionadas, não seria possível filosofar sozinho. Reflexão em geral é algo feito sozinho. Além do mais, Sócrates não propunha nada ele mesmo (Nicola, 2005). Mas a filosofia hoje, e mesmo entre os pré-socráticos e os que logo sucederam Sócrates, como Aristóteles, frequentemente propõe. Sócrates não afirma nada, só pergunta, mas isso não é representativo de todos os filósofos. É verdade que a filosofia é questionadora, mas não somente, nem tampouco seu questionamento é sempre direcionado a um interlocutor direto. Sócrates é um filósofo muito importante, mas, em muitos sentidos, a prática dele não reflete a prática filosófica hoje.

A filosofia é uma ação libertadora que visa afastar as pessoas do mundo das opiniões, guiando-as ao conhecimento seguro, como quer o mito da caverna (Nicola, 2005)? Sim, ela é, mas a ciência também é. Poderíamos utilizar o mito da caverna para ilustrar a importância de se buscar conhecimento e não se contentar com a opinião. Mas ele pode ser melhor compreendido como uma alegoria da ação libertadora proporcionada pela busca do conhecimento em geral, e não somente da filosofia em particular. Em resposta a isso, poderíamos argumentar que o mito da caverna termina com o descobrimento de ideias sólidas e imutáveis, como o Bem (representado pelo sol), as quais não são objeto da ciência. Concedemo-lo e, de fato, essas ideias são objeto da metafísica e, portanto, da filosofia. Mas o mito não responde como essas ideias são estudadas. Há uma consideração sobre os objetos, mas não sobre os métodos. Ademais, a filosofia está interessada também em questões práticas, não somente na metafísica, e tais questões não são explicitamente

tratadas no mito da caverna. Assim, a definição de filosofia como ação libertadora contra a ignorância é demasiado abrangente (por incluir a ciência), ao passo que o foco do mito da caverna nas questões metafísicas a torna demasiado estreita (por reduzir a filosofia à metafísica)...

O mito da caverna e a maiêutica socrática também têm outro problema: eles não deixam claro como a prática filosófica começa. No mito da caverna, o escravo que vislumbra o mundo fora da caverna foi arrastado para lá contra a sua vontade, mas o que teria motivado a pessoa que o arrastou e que estava lá fora antes dele? A maiêutica também depende da existência de uma pessoa que esteja com dúvidas sobre algo e deseje respostas, mas por que a pessoa duvida em primeiro lugar? Aristóteles afirma que o início da atitude filosófica é o espanto diante do mundo (Nicola, 2005). Esse espanto nos provoca curiosidade e a curiosidade nos leva a querer saber mais, nos leva a duvidar do que julgávamos saber. Esse seria o ponto de partida. E o objetivo seria o prazer de saber, não uma utilidade prática (Nicola, 2005, p. 85). Assim, filosofia seria um tipo de amor desinteressado pelo saber. Mas por qual tipo de saber? O saber referente às causas e aos princípios (Marcondes, 2011, p. 50). Mas é possível filosofar para resolver um problema pois bem pode ser que o que nos causa espanto no momento seja um problema. O prazer seria maior se, além de compreender o problema, ele pudesse também ser resolvido. Então, não se pode dizer que a filosofia é sempre desinteressada ou sempre contemplativa (pois as causas e os princípios aos quais Aristóteles se refere são os mais gerais possíveis).

Algo similar foi sustentado por Hegel. Para ele, a filosofia não tem caráter prescritivo, mas apenas interpretativo, se conformando em descrever a realidade, em vez de imaginar como ela deveria ser (Nicola, 2005, p. 354). Mas isso também não reflete a prática filosófica hoje, especialmente depois das *Teses Sobre Feuerbach*. Muitos filósofos hoje tentam tanto explicar a realidade como também oferecer sugestões sobre como agir para resolver nossos problemas. Mas só é possível identificar um problema com base em algum tipo de projeto de como as coisas deveriam ser. Como veremos, a filosofia tem potencial transformador, não apenas interpretativo, e um potencial transformador só faz sentido na existência de um projeto. Logo, a filosofia tem caráter prescritivo.

Bertrand Russell, em sua introdução à História da Filosofia Ocidental, tenta uma definição subtrativa de filosofia, uma definição negativa, em vez de positiva. Em vez de dizer o que a filosofia é, Russell diz o que ela não é pela diferenciação entre seu campo do estudo e os campos de estudo da ciência empírica e da teologia.

Todo conhecimento definido – eu o afirmaria – pertence à ciência; e todo dogma, quanto ao que ultrapassa o conhecimento definido, pertence à teologia. Mas entre a teologia e a ciência existe uma Terra de Ninguém, exposta aos ataques de ambos os campos: essa Terra de Ninguém é a filosofia. Quase tôdas [sic] as questões do máximo interesse [sic] para os espíritos especulativos são de tal índole que a ciência não as pode responder, e as respostas confiantes dos teólogos já não nos parecem tão convincentes como nos séculos passados. [...] O estudo de tais questões, mesmo que não se resolva êsses [sic] problemas, constitui o empenho da filosofia (Russell, 1957, p. XI-XII).

A filosofia tem, então, um campo de estudo definível por eliminação: questões que não podem ser adequadamente respondidas pela religião ou pela ciência. Fica então definido ao menos o campo de estudo da filosofia por eliminação. Se definíssemos seu método ou métodos, teríamos uma definição fechada do que é filosofia, presumindo que Russell esteja certo.

Tal tentativa de definir o que é filosofia pelo que ela não é certamente causa estranheza em

Uma tentativa de responder provisoriamente à pergunta “o que é filosofia?” No contexto do ensino médio  
COSTESKI, E.; ALMEIDA, Y. C. M

muitas pessoas, mas, se olharmos para a história da filosofia, vemos que é adequado defini-la pelo que ela não é: a filosofia grega começa como um meio de responder às questões que o ser humano tem sem recorrer aos mitos. Assim, filosofia não é mito (ou religião). Quando, na idade moderna, o método científico começou a ser aplicado a objetos particulares, o que podia ser estudado dessa nova forma se tornou ciência. O que não, continuou filosofia. Assim, filosofia não é ciência.

Poderíamos aplicar tal método para fecharmos uma definição operacional de filosofia, ao menos para o ensino médio, uma definição limitada, preliminar, que possa agradar, se não a todos os professores dessa disciplina, ao menos a maioria, para que possamos facilitar a prática docente? E até que ponto tal definição pode ser usada fora da escola? Teria ela algum valor acadêmico? Caso consigamos responder tais perguntas, o ensino de filosofia certamente terá uma direção mais clara, favorecendo o entendimento do aluno e também guiando políticas públicas relativas ao ensino de tal matéria, o que teria impacto no material didático e em documentos oficiais. Talvez o impacto fosse até mais longe, se percebermos que tal definição pode ser aplicada fora do ensino médio.

Mas por que a definição de Russell como ponto de partida e não a de um outro? Porque outros filósofos, justamente por tentarem uma definição de filosofia agregando-lhe características, não entram em acordo, pois a forma de filosofar varia de filósofo para filósofo. Além disso, os objetivos também variam: para os filósofos continentais franceses, a filosofia tem por objetivo criar conceitos, mas seu objetivo, para os analíticos britânicos, é explicar o que está pensado ou o que se pensa. Diante de objetivos diferentes, os métodos serão também diferentes e isso terá impacto na definição.

Por outro lado, partindo de dois pressupostos (filosofia é um pensamento racional, assim como a ciência, mas também não é ciência), é lógico que dizer que “filosofia é o conhecimento racional não-científico”, o que exclui a religião e a ciência dessa definição, está necessariamente certo, na medida em que os pressupostos estão. Na verdade, não é apenas certo, como tautológico e, por isso, também inadequado; falta dizer, para completar a definição, em que a filosofia difere da ciência, ou dizer que “filosofia é o que não é ciência nem religião” passa a ser mera substituição de termos. Aplicando tal raciocínio ao que o aluno aprende na disciplina de filosofia, poderíamos com facilidade lograr nosso intento, que é o de ter uma definição operacional que satisfaça o aluno. Só precisaríamos expandir isso nas aulas. Então, se quisermos uma definição que sirva para o curso do ensino médio, precisamos pensar em que a filosofia difere das outras disciplinas do currículo, a ponto de garantir sua existência continuada como disciplina separada.

Alguém poderia levantar a seguinte objeção: até hoje, vivemos muito bem sem uma definição unívoca de filosofia e os cursos de filosofia no ensino médio não sofrem com a pluralidade de definições disponíveis, de forma que a busca pela univocidade é desnecessária. Discordamos. Existe outra razão para discutir tal assunto, além da facilidade que teríamos em ministrar cursos de filosofia se tivéssemos univocidade: a incapacidade de definir o que é filosofia ajuda na sua descredibilização. Se o aluno não conseguir compreender, pelo menos, o que é a disciplina de filosofia, que tipo de coisa ele estudará, para quê e por quais métodos, ele não a dará sua devida importância. E se o aluno não der sua devida importância à filosofia, isso não o aproximaria de discursos a ela contrários? A definição é o ponto de partida natural para a compreensão de um objeto já estabelecido. A filosofia está bem estabelecida a mais de dois mil anos, então como sua definição permanece um problema em aberto? O problema da definição contribui para a manutenção de sua aura de obscuridade e é muito tentador difamar o que se não conhece, especialmente diante de muitos ignorantes que lhe prestam os ouvidos na Internet, na era das notícias falsas.

Por último, é importante compreender que este artigo não busca encontrar uma definição de filosofia que ponha fim ao debate sobre sua definição, mas buscar uma definição simples, correta

e compreensível pelo aluno do ensino médio, isto é, uma definição que contemple o que ele aprende nessa disciplina, como ele estudará e qual é a função daquele aprendizado. Uma investigação sobre o que é a filosofia para além dos muros da escola requereria, no mínimo, uma tese de doutorado, embora entremos nesse assunto sem pretensão de profundidade.

Na primeira parte, tentamos dar uma definição de filosofia com base no currículo escolar, utilizando o raciocínio subtrativo de Russell (ainda que tal raciocínio não seja assim chamado pelo próprio Russell). Isso nos deve dar pistas sobre quais objetos de estudo a filosofia tem, para que ela é útil e qual tipo de sujeito pode ou deve aprendê-la. Tal definição não precisa ser útil em todas as circunstâncias, mas deve ser compatível com aquilo que o aluno de ensino médio de fato aprende na escola, pois nosso escopo é o ensino médio.

Na segunda parte, de posse da definição operacional, podemos pensar em questões mais burocráticas: quem deve lecionar tal disciplina, se ela deve focar em temas ou no ensino linear da história da filosofia e quais autores seriam recomendados ou desencorajados, se é que há algum.

Por último, sabendo dos objetos de estudo e de que tipo de sujeito deve ensinar ou aprender filosofia, resta a discussão sobre qual método deve ser usado para apreciar os objetos que se deseja, por quanto tempo deve tal apreciação ser feita e em qual local. Essas são questões, ainda que burocráticas, mais próximas da própria sala de aula: metodologia de ensino, carga horária e local onde as aulas serão ministradas.

A fim de manter a consonância entre nossa definição e aquilo que o aluno de fato aprende na escola (pois nosso objetivo é uma definição para uso no ensino médio), nosso referencial teórico são os documentos oficiais que norteiam a prática do ensino de filosofia especificamente no Ceará: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Escola Aprendiz, o Documento Curricular Referencial do Ceará e a Matriz de Conhecimentos Básicos.

## 2 O QUE É, POR QUE, QUANDO?

O Documento Curricular Referencial do Ceará traz a seguinte reflexão sobre a filosofia no ensino médio:

Partindo da raiz semântica do termo filosofia, filo (amor ou amizade) e sofia (saber), o filósofo é aquele que, no seu anseio por saber, por amá-lo, deixa clara a importância que a sofia tem na sua vida. Essa busca, presente na relação do homem com o saber, nunca terá um fim. [...] Essa perceptiva, com raízes no pensamento de Sócrates, é a mesma que os professores de Filosofia do estado do Ceará podem cultivar: por amar o saber e ter ciência do seu valor e importância, precisa-se desenvolver nas alunas/os [sic] a capacidade de amar o saber ou o exercitar aquilo que o leva ao “coração do conceito”, dando-os condições de vivenciar a cidadania em sua integralidade, pois esta só se realiza na plenitude quando a participação na vida política é consciente, o que é fomentado pelo trabalho conceitual específico da Filosofia (Ceará, 2021a, p. 241-242).

Há aqui um romantismo muito perigoso. A ênfase na filosofia como atitude, como amor, pode justificar sua existência como estudos e práticas, em vez de disciplina. Se ela não é um estudo rigoroso, com métodos e objetos, mas uma “atitude”, um “estilo de vida”, ela pode bem ser

**Uma tentativa de responder provisoriamente à pergunta “o que é filosofia?” No contexto do ensino médio**  
 COSTESKI, E.; ALMEIDA, Y. C. M

reduzida ao grau de competência ou mesmo de habilidade, o que a tornaria conteúdo transversal, como são transversais todas as habilidades. Logo, uma definição operacional de filosofia para uso no ensino médio precisa enfatizar sua existência como pensamento rigoroso, não como simples “atitude” ou “amor”, ainda que também o seja. é muito bonito e também muito cômodo definir filosofia usando esse tipo de resposta, mas respostas assim não satisfazem e, aliás, confundem.

No currículo do ensino médio, temos treze disciplinas, excluindo os itinerários formativos, divididas em quatro grandes áreas. A filosofia consta na área de ciências humanas e sociais aplicadas. Ao lado da filosofia, compõem tal área a história, a geografia e a sociologia (Ceará, 2021a). Sabemos o que é cada uma dessas disciplinas, o que elas estudam e por quais métodos. é possível lhes dar definições fechadas, como é possível a qualquer ciência.

Queremos uma definição operacional de filosofia para uso no ensino médio e a forma como Russell a define nos dá uma pista. Podemos definir filosofia subtrativamente. Mas a filosofia, no ensino médio, fica na área de humanidades e ciências sociais. Isso limita o campo da disciplina de filosofia aos problemas humanos e sociais. Assim, podemos dizer que, por eliminação, a disciplina de filosofia se ocupa de questões humanas e sociais que não são suficientemente exploradas pela história, pela geografia e pela sociologia. Eis seu objeto de estudo.

É importante enfatizar o “suficientemente” no parágrafo anterior. Se por um lado a filosofia se ocupa de coisas das quais a ciência não se ocupa, por outro existem intersecções:

A compreensão da Filosofia como disciplina reforça, sem paradoxo, sua vocação transdisciplinar, tendo contato natural com toda ciência que envolva descoberta ou exercite demonstrações, solicitando boa lógica ou reflexão epistemológica. Da mesma forma, pela própria valorização do texto filosófico, da palavra e do conceito, verifica-se a possibilidade de estabelecer proveitoso intercâmbio com a área de linguagens [...] Se a Filosofia não é uma ciência (ao menos não no sentido em que se usa essa palavra para designar tradições empíricas de pesquisa voltadas para a construção de modelos abstratos dos fenômenos) e tampouco uma das belas-artes (no sentido poético de ser uma atividade voltada especificamente para a criação de objetos concretos), ela sempre teve conexões íntimas e duradouras com os resultados das ciências e das artes (Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 18-22).

Se a filosofia se ocupasse apenas do que a ciência não alcança de maneira nenhuma, não haveria filosofia da mente (pois existe psicologia) ou filosofia da educação (pois existe pedagogia). E, no entanto, tais ramos da filosofia existem. Isso só acontece porque, ainda que a ciência toque certos objetos, existem questões sobre tais objetos que não são adequadamente respondidas pela ciência. é nesse sentido que a ciência sobre um objeto pode ser insuficiente, requerendo que tanto a ciência como a filosofia, em tal caso, se voltem sobre o mesmo objeto, em colaboração e complementaridade.

Assim, haverá pontos de intersecção entre a filosofia e as outras três matérias da área de humanidades e ciências sociais, e tal intersecção se justifica porque existem perguntas sobre tais objetos em comum que não são respondidas pela abordagem científica. O Documento menciona algumas dessas intersecções:

A Filosofia também potencializa o estudo de conceitos mais presentes nas ciências humanas, como abstração, cultura, simbolização, diálogo, método científico (hipóteses e argumentos), dúvida, protagonismo, tempo, espaço, temporalidade,

**Uma tentativa de responder provisoriamente à pergunta “o que é filosofia?” No contexto do ensino médio**  
 COSTESKI, E.; ALMEIDA, Y. C. M

espiritualidade, territorialidade, natureza, sociedade, indivíduo, coletividade, dentre outros. Assim, desde o início da atividade humana, em torno dos seus problemas e questões, a Filosofia é um saber basilar para compreender a multiplicidade da vida, visto no fato de que grande número de cientistas, historiadores, geógrafos, sociólogos, matemáticos, linguistas, lançam dela a mão para compreender seus problemas (Ceará, 2021a, p. 243).

Poderíamos então fazer nossa primeira tentativa de definição: a filosofia no ensino médio é o estudo das questões humanas ou sociais que são insuficientemente exploradas pela história, pela geografia e pela sociologia. Isso, obviamente, inclui questões que não são exploradas pelas outras disciplinas de jeito nenhum, como todos os problemas da metafísica.

A Matriz de Conhecimentos Básicos lista os seguintes doze objetos de conhecimento para a filosofia: introdução à filosofia, cosmologias e filosofia da natureza, antropologia filosófica e introdução à metafísica, metafísica tradicional, estética, teoria do conhecimento, ética clássica, questões éticas contemporâneas, introdução à política, filosofia social e política, filosofia da cultura, atualidades (Ceará, 2021b, p. 73-79). Nossa definição preliminar talvez não se aplique à metafísica ou a cosmologia, mas é normal que uma determinada disciplina lecionem também suas questões históricas e passe em revista sua evolução. O próprio Documento orienta o uso da história da filosofia como meio de garantir o rigor conceitual da disciplina (Ceará, 2021a, p. 246). Então, precisaremos incluir, como uma manifestação do pensamento humano e, portanto, como uma questão humana, a história da filosofia entre os objetos da disciplina, a fim de refletir isso (ver Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 27). Tal inclusão passa a estar implícita em nossa definição preliminar, até porque a evolução do pensamento é uma questão humana.

Mas isso não é suficiente. Toda disciplina que entra no currículo do ensino médio deve servir a um propósito, pois o governo tem um propósito para a juventude, um tipo de cidadão que deseja formar. Isso nos leva a uma outra questão, próxima da questão do que seria filosofia, a saber: para que a filosofia serve? Novamente, Russell, mas, desta vez, em seus Problemas da Filosofia, nos diz que a filosofia e a ciência têm um diferencial crucial em relação a sua utilidade: a ciência é útil a todos, mas a filosofia só é útil a quem a estuda (Russell, 2024). Para concluir isso, Russell explica que todos nos beneficiamos dos produtos da física, da química, da biologia, da matemática, mesmo aqueles que nunca estudaram tais temas, pois os frutos dos avanços científicos nos cercam a todo momento. O computador que usamos para digitar este texto é um produto da física (por causa dos circuitos elétricos em seu interior e sua capacidade de se conectar e comunicar com outros dispositivos semelhantes), da química (por causa dos materiais que o compõem e das técnicas de tratamento desses materiais) e da matemática (todo computador precisa ser programado e, por mais que hoje usemos linguagens de programação de alto nível, o código fonte compilado e montado resulta em um binário executável). E tudo isso sem que jamais tenhamos feito um estudo sério sobre essas áreas.

Mas a filosofia é diferente. A filosofia, segundo Russell, só melhora a vida daqueles que a estudam. Isso já seria uma boa razão para lecioná-la. Se queremos formar cidadãos melhores a cada geração e a filosofia proporciona um tipo de refinamento espiritual ausente no aprendizado escolar de outras disciplinas, sendo que tal refinamento não pode ser aprendido de outra forma, é preciso que a filosofia seja lecionada não somente aos adolescentes, mas até às crianças. Mas que tipo de benefício traz a filosofia ao aluno, especificamente? Pois apenas dizer que ela “refina o espírito” é demasiadamente vago, excessivamente poético para fazer sentido. Ademais, Russell tem mesmo razão neste ponto? Vejamos o que diz a Escola Aprendente e o Documento Curricular Referencial do Ceará:

**Uma tentativa de responder provisoriamente à pergunta “o que é filosofia?” No contexto do ensino médio**  
 COSTESKI, E.; ALMEIDA, Y. C. M

No entanto, [a versão de época da LDBE] não determinou a inclusão da Filosofia como disciplina obrigatória do currículo do ensino médio, embora as discussões acerca da ética e da cidadania e dos fundamentos para a construção de um pensamento crítico estejam intimamente associados ao campo da Filosofia, contribuindo para a formação dos jovens enquanto sujeitos autônomos capazes de atitudes reflexivas e críticas, diante do mundo (Ceará, 2008, p. 51).

Partindo dessas orientações, os objetos de conhecimento da História, Geografia, Filosofia e Sociologia podem transformar comportamento, desenvolver mentalidades e produzir conhecimento, na relação estabelecida entre alunas/os, professore(a)s e comunidade escolar, permitindo ao sujeito da aprendizagem ser capaz de intervir de modo consciente e positivo sobre a realidade social (Ceará, 2021a, p. 219).

A Escola nos diz bem o que é tal refinamento: o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da capacidade de reflexão, esta última essencial ao autoaperfeiçoamento. O Documento, por sua vez, abre uma divergência com Russell: para os autores do Documento, a filosofia tem uso além do simples refinamento espiritual (desenvolver mentalidades, entre outros), pois o sujeito que intervém na sociedade por causa da filosofia faz com que a sociedade sinta, indiretamente, os efeitos da filosofia, tal como sente os das ciências naturais. Realmente, a filosofia refina a pessoa, mas raramente uma pessoa refinada pela filosofia permanece inerte. O próprio Russell não permaneceu. A filosofia muda pensamentos, os quais mudam comportamentos e comportamentos interferem na sociedade. Vê-se então a utilidade, ainda que indireta, da filosofia.

Ademais, segundo as Orientações Curriculares Para o Ensino Médio, existe “uma grande demanda indireta” pela filosofia na sociedade, “representada pela presença constante de preocupações filosóficas de variado teor” (Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 15):

Chama a atenção um leque de temas, desde reflexões sobre técnicas e tecnologias até inquirições metodológicas de caráter mais geral concernentes a controvérsias nas pesquisas científicas de ponta, expressas tanto em publicações especializadas como na grande mídia. Também são prementes as inquietações de cunho ético, que são suscitadas por episódios políticos nos cenários nacional e internacional, além dos debates travados em torno dos critérios de utilização das descobertas científicas [...]. Uma prova disso é que mesmo a grande mídia não se furta ao aproveitamento dessas oportunidades para levar a público debates de idéias [sic] no nível filosófico, ainda que freqüentemente [sic] de modo superficial ou unilateral. (Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 15).

A filosofia, portanto, não é apenas necessária como desejada. Há interesse da sociedade nela. Em que pese a idade das Orientações, publicadas em 2006, tal interesse ainda pode ser observado hoje em sites de partilha de vídeo, onde conteúdo filosófico é particularmente popular. Em resposta a tais demandas, nossos documentos oficiais, afirmam que a filosofia deve ser usada no ensino médio para promover o bom exercício da democracia.

Também abundam referências em documentos oficiais que afirmam que a filosofia ajuda no refinamento do senso crítico. E de fato é assim, pois faz parte do ensino de filosofia o ensino de lógica. Qualquer pessoa que tenha aprendido filosofia em moldes estruturalistas ou analíticos sabe que a filosofia, através da lógica, proporciona uma melhor capacidade de dizer quando algo é ou não verdade. é verdade que muito da lógica pode ser ensinado pela matemática, mas muitos

elementos da lógica, como o reconhecimento de falácias, argumentos indutivos, confecção e análise de analogias e metáforas, entre outros, são melhor entendidos através da leitura, avaliação e crítica de textos filosóficos, além da leitura filosófica de textos não-filosóficos (ver Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 33). O desenvolvimento do senso crítico termina também por melhor equipar o aluno para a participação democrática na era das notícias falsas. Isso, claro, além das respostas dadas pela história da filosofia para problemas que ainda são atuais, como os problemas da ética e da política, além de problemas existenciais com os quais todos lidamos cedo ou tarde.

Para que tais problemas sejam adequadamente tratados assim que surgirem na vida da pessoa, para que o sujeito adquira ferramentas para pensar criticamente o quanto antes, para assegurar a participação democrática na forma da lei a todo cidadão e para que todos possam se beneficiar do estudo da filosofia, é imperativo que tal disciplina seja lecionada a crianças e adolescentes, não apenas a adolescentes. Assim, o público-alvo da disciplina de filosofia são todos os alunos do ensino básico. De muito tempo existem iniciativas para lecionar filosofia às crianças, não apenas na rede particular, mas também na pública de alguns municípios. Mas, como este artigo se foca no ensino médio, o esforço de lecionar filosofia para crianças deve ser matéria de outro artigo.

Com estas observações em mente, podemos emendar nossa definição: a disciplina de filosofia estuda as questões humanas e sociais que não são exploradas suficientemente (ou de todo) pela história, pela geografia ou pela sociologia, estudo esse que visa o refinamento do senso crítico de todos os alunos do ensino médio, tendo impacto positivo na sua participação democrática e na sua formação humana.

### **3 QUEM, DE QUE TIPO, DE QUAL AUTOR?**

De posse dessa definição, precisamos agora pensar no tipo de professor que deveria lecionar tal conteúdo. A pessoa que lecionará filosofia deve conhecer três temas: lógica, história da filosofia e assuntos atuais. A lógica porque todo argumento filosófico é tributário de alguma lógica, ainda que não seja uma lógica tradicional. Isso acontece porque, na filosofia, você deve provar tudo o que diz, se não com uma evidência concreta, ao menos com bons argumentos. A lógica dá a forma das aulas.

Já a história da filosofia é o conteúdo que preencherá tal forma, sua matéria. A aplicação da lógica à história da filosofia permitirá ao aluno dizer, com segurança e com bons argumentos, se ele concorda ou discorda deste ou daquele filósofo. Isso exercita seu senso crítico. A história da filosofia não precisa (aliás, não deve, devido às conclusões mutuamente contraditórias às quais chegaram diferentes filósofos) ser aceita de todo como contendo “a verdade”, como ocorre com as outras disciplinas, as quais ministram como conteúdo apenas aquilo tido por cientificamente válido no presente, exceto quando discutem suas questões históricas. A filosofia leciona sua história para que o aluno, através do exercício do seu senso crítico, leve consigo aquilo que serve para ele.

Os assuntos atuais devem ser dominados porque a filosofia também produz conhecimento novo ao se defrontar com o presente. Cada filósofo de renome estudou os problemas de sua época: o método científico na idade moderna, a natureza de Deus na idade média, a atual crise da democracia, entre outros. A filosofia pode produzir conhecimento novo a partir de sua própria história, combinando elementos de pensamentos passados ou reinterpretando-os, mas isso é apenas metade das fontes de saber. Sem a capacidade de confrontar a história da filosofia com o

presente, a filosofia periga perder grande parte de sua produtividade, originalidade e talvez até relevância.

Lógica e assuntos atuais podem ser aprendidos por qualquer um que se dedique a eles, mesmo fora da academia, mas a história da filosofia é melhor dominada pelo graduado em filosofia. Assim, somente uma pessoa com formação acadêmica em filosofia deve lecionar tal disciplina, ninguém mais, salvo em casos de emergência, nos quais professores graduados em ciências sociais ou história (pois os tais devem ter tido algum contato com a história da filosofia em suas graduações) poderiam lecionar tal tema, ainda que não de maneira tão boa como a pessoa que foi especificamente formada para isso. Assim, quem deve, preferencialmente, lecionar filosofia é o professor graduado em filosofia.

Deve o curso secundarista de filosofia se focar na história da filosofia ou em narrativas filosóficas (metafísica, epistemologia, ética, estética, entre outros)? Tal é uma pergunta superada hoje. Tais abordagens são, na verdade, tão próximas que podem ser unificadas. Observe a Matriz de Conhecimentos Básicos: ela se organiza por temas, mas os temas mais caros à antiguidade (natureza da filosofia, organização do cosmos, natureza do homem, existência de Deus, entre outros) são oferecidos primeiro, enquanto os temas mais relevantes ao homem moderno (política e cultura) ficam por último, com os temas típicos do helenismo (ética), do renascimento (estética) e da idade moderna (teoria do conhecimento) ficando no meio (Ceará, 2021b). Isso é possível porque cada época tem problemas filosóficos característicos do período em análise. Unem-se, então, ambas abordagens. Logo, o curso de disciplina de filosofia pode utilizar ambas as abordagens ao mesmo tempo ou alternadamente sem prejuízo, se não sempre, ao menos na maioria das vezes.

Considerando que a aula de filosofia deve ser, sobretudo, uma aula de exercício do senso crítico, segue-se que o aluno não precisa concordar com nenhum autor específico, mas, pelo exercício do seu julgamento, tomar para si aquilo que ele considerar correto. Daí se percebe que não há necessidade ideológica de excluir autores, na medida em que eles se encaixam no tema que se pretende ensinar e sempre que a exposição deste ou daquele autor não faça a lição exceder o tempo da aula. Aliás, censurar autores seria prejudicial ao senso crítico do aluno, pois o colocaria em contato com um número limitado de filósofos sobre os quais o aluno poderia exercer sua capacidade crítica. É verdade que se deve dar preferência aos mais importantes da história da filosofia, mas não se deve, por exemplo, excluir um autor por causa de seu posicionamento político ou religioso, como poderia acontecer em tempos polarizados como hoje, nos quais o professor talvez se sinta tentado, para evitar perder o controle da turma, a não expor Marx ou Feuerbach, apesar da importância deles.

O aluno não precisa e nem poderia concordar com Nietzsche e Tomás de Aquino ao mesmo tempo em matérias religiosas. Mas apresentar ambos permitirá ao aluno entrar em contato com diferentes pontos de vista sobre tal matéria, permitindo-lhe tomar uma decisão mais evoluída sobre suas próprias crenças ou falta de crenças. A escolha de quais autores tratar faria mais sentido se o objetivo de um curso secundarista de filosofia fosse transmitir verdades ao aluno, mas o objetivo é exercitar sua capacidade de julgar, tornando o contato com o maior número possível de autores desejável, pois o aluno os julgará. Logo, ainda que se deva dar preferência a autores mais importantes, não há necessidade de “censurar” nenhum autor, se o professor conseguir tornar a exposição do pensamento do mesmo efetiva como exercício da capacidade crítica do aluno.

#### 4 COMO, QUANTO, ONDE?

Resta agora nos perguntarmos sobre como tal disciplina deve ser ensinada, por quanto tempo e onde. Em relação ao como, várias pessoas se posicionaram frente a tal problema. Para Silvio Gallo, por exemplo, a filosofia é criação de conceitos (Gallo, 2012, p. 54). Então, a aula de filosofia deveria ter tal criação de conceitos como objetivo. Para lograr tal intento, Gallo propõe um itinerário de quatro passos: sensibilização (o aluno toma o assunto da aula como um problema para ele), problematização (a curiosidade ou assombro que o aluno sente deve ser convertido em uma pergunta filosófica), investigação (começa a pesquisa pelo que a história da filosofia nos ensina sobre tal tema) e conceituação (o aluno deve dar sua resposta à pergunta filosófica) (Gallo, 2012, p. 96-98).

Tal é um método bastante fértil, mas com limitações: ele funciona melhor em aulas geminadas, algo que não acontece no Ceará, onde a carga horária de filosofia é de cinquenta minutos semanais. Ademais, o conceito do aluno, sem amparo da lógica, não é tão bom como poderia ser. Juvenal Savian Filho (2016), em seu livro *Filosofia e Filosofias: existência e sentidos*, dá ao aluno uma introdução à lógica já no capítulo quatro e o que é aprendido nesse capítulo é usado na interpretação de textos filosóficos, os quais serão lidos ao longo do livro e do curso. O passo da investigação filosófica fica muito mais rico assim, pois o aluno, do qual se espera um posicionamento, estará melhor munido de meios para se posicionar, inclusive com mais confiança. Ademais, a lógica ajuda a dissipar o preconceito de que filosofia é opinião, mostrando que a filosofia pode ser tão rigorosa como qualquer outra disciplina. Isso é particularmente verdadeiro quando se fala de lógica simbólica.

Savian Filho (2016, ao longo do capítulo quatro da unidade um) elenca quatro métodos que podemos usar para resolver problemas filosóficos: argumento de autoridade (já incluso no método de Silvio Gallo na investigação filosófica), a analogia (comparação entre o que já conhecemos com aquilo que observamos no objeto em apreço), a indução (generalização de uma regularidade observada em grande número de casos particulares representativos do fenômeno) e a dedução (dividida em silogismo categórico, silogismo hipotético e argumentação dialética). O aluno que domina essas quatro ferramentas poderá passar mais facilmente à conceituação e criar conceitos mais firmes, mais sólidos, os quais ele poderá defender com propriedade.

Assim, poderíamos, como faz Almeida (2024, embora Almeida o faça na tentativa de tornar o NTPPS uma experiência filosófica), alterar o método de Silvio Gallo e incluir nele passos novos, os quais passariam a ser: sensibilização, problematização, investigação (feita não somente na história da filosofia, mas também no que é ensinado em outras disciplinas), momento indutivo (o aluno usa analogias e induções para avaliar se aquilo que foi dito pela tradição é ou não adequado ou se pode ser complementado), momento dedutivo (o aluno, usando as proposições que ele formulou até então, construirá raciocínios com base nelas para tentar resolver o problema filosófico proposto), socialização (os alunos comparam suas conclusões preliminares) e conceituação. Obviamente, não é possível fazer tudo isso numa aula só e tal passa a ser o itinerário do bimestre inteiro, não mais de uma aula, geminada ou não.

Observe, porém, que tal método é oferecido aqui apenas como um exemplo. Há outros métodos filosóficos que podem ser usados ao longo das aulas, pois a filosofia, justamente por causa de sua pluralidade de objetos de estudo, tem uma pluralidade de métodos de estudo. Segundo o Documento:

Partindo do pressuposto de que o exercício da Filosofia está intimamente

**Uma tentativa de responder provisoriamente à pergunta “o que é filosofia?” No contexto do ensino médio**  
COSTESKI, E.; ALMEIDA, Y. C. M

associado a um determinado método filosófico, é necessário, também, que os jovens possam ter acesso às diversas abordagens construídas pelos filósofos: dialético, fenomenológico, existencialista, racionalista, etc. e, compreendam que cada um corresponde a um determinado modo de pensar, inexistindo, portanto, a Filosofia, mas filosofias (Ceará, 2021a, p. 246).

Logo, uma abordagem como a descrita acima, se inadequada em determinada situação, pode ser substituída, desde que o rigor de raciocínio seja mantido.

A fim de assegurar que o processo seja feito do início ao fim, é de suma importância que a carga horária de filosofia seja maior. Atualmente, é de cinquenta minutos semanais. Nestas circunstâncias, nem o método de Silvio Gallo e nem o método acima proposto podem ser adequadamente aplicados. Segundo o Documento: “a falta de tempo limita o trabalho com as alunas/os [sic], a leitura de textos, a resolução de atividade e, conseqüentemente, sua correção” (Ceará, 2021a, 248). Duas aulas por semana, geminadas, talvez não fosse o ideal, mas já facilitaria grandemente (ver Secretaria de Educação Básica, 2006, p. 18).

Resta-nos uma pergunta, a saber: a filosofia deve ser ensinada na escola ou em outro lugar? Se só se beneficia da filosofia a sociedade em que a filosofia é estudada e se ela é benéfica aos adolescentes (e às crianças), como vimos anteriormente, e se todo cidadão brasileiro passa pela escola, segue-se que a filosofia deve ser ensinada na escola, a fim de melhorar a qualidade do cidadão brasileiro.

## **5 CONCLUSÃO**

Considerando o que foi até o momento discutido, podemos dizer que uma definição operacional de filosofia para uso no ensino médio é possível, ainda que apenas por eliminação. Isso é desagradável, pois estamos acostumados a tentar definir filosofia pelo que ela é e defini-la por vias negativas é como deixar que a filosofia seja definida pelas outras disciplinas, ainda que de forma indireta. Mas não vemos outra forma de fazer isso sem obter um conceito instável.

Assim, concluímos que a disciplina de filosofia no ensino médio é a disciplina que se volta sobre fenômenos humanos e sociais, quando tais fenômenos não são suficientemente explicados pela história, pela geografia ou pela sociologia. Isso inclui temas próprios da filosofia e que lhe são exclusivos, originando áreas como metafísica, lógica, epistemologia, ética e estética, mas também temas que outras disciplinas também tratam, sempre que tais temas possam ser melhor compreendidos com a filosofia do que sem ela.

Para estudar objetos tão variados entre si, é importante que a filosofia não tenha um método fixo, como têm as outras ciências, e a filosofia tem uma abundância de métodos. Mas todos esses métodos são tributários de uma ou mais lógicas, a fim de que a investigação de tais temas seja feita de maneira consistente e rigorosa.

O objetivo principal da disciplina de filosofia é o refinamento da capacidade crítica do aluno, preparando o sujeito para o exercício da democracia. Mas, na busca de tal objetivo, ela acaba gerando outros efeitos na pessoa que a estuda, melhorando-a em outros aspectos, como o ético e o existencial.

Mas resta agora ponderar se tal definição de filosofia como “estudo, através de métodos

fundados em uma ou mais lógicas, dos objetos insuficientemente estudados por outras formas de conhecimento” serve além dos muros da escola secundária. Uma forma de verificar isso seria avaliar quantos autores produziram filosofias que se encaixam nessa definição. Em tempos nos quais a ideia de que filosofia e ciência estão separadas parece majoritária, isso é mais fácil. Mas é mais difícil fazer tal avaliação quando se examina filosofias produzidas antes do período moderno e, portanto, antes da concepção de métodos padronizados para descrever fenômenos específicos, a menos que se queira usar um critério mais rápido, como “a outra forma de conhecimento é a religião, logo, em um dado período pré-científico, será filosofia o que não for religião”. Em períodos científicos, criar o limite da definição de filosofia passará pela delimitação do que é ciência, a fim de definir o que se pode considerar filosofia por eliminação.

Pensamos, portanto, que uma definição fixa de filosofia para além da escola é possível e eis acima o método para fazê-lo. Mas testar tal hipótese transcende o escopo deste artigo. Ao menos podemos definir a disciplina de filosofia no ensino médio como: estudo, através de uma ou mais lógicas, das questões humanas e sociais insuficientemente tratadas pelas outras disciplinas da área de ciências humanas e sociais aplicadas, visando o refinamento do senso crítico do aluno e melhorando assim sua participação democrática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Yure César de Moura. **Os efeitos do novo ensino médio sobre o ensino de filosofia em duas escolas da rede pública cearense**. 2024. 88 folhas. Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) – PROF-FILO, Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/76765/3/2024\\_dis\\_ycmalmeida.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/76765/3/2024_dis_ycmalmeida.pdf)>. Acesso em: 8 de setembro de 2024.

CEARÁ. **Coleção Escola Aprendente: ciências humanas e suas tecnologias**. Fortaleza: Secretaria da Educação, 2008. Disponível em: <[https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/05/livro\\_escola\\_aprendente\\_ciencias\\_humanas\\_e\\_suas\\_tecnologias.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/05/livro_escola_aprendente_ciencias_humanas_e_suas_tecnologias.pdf)>. Acessado em: 14 de agosto de 2024.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará**. Fortaleza: Secretaria da Educação, 2021a. Disponível em: <[https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc\\_completo\\_v14\\_09\\_2021.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf)>. Acessado em: 11 de agosto de 2024.

CEARÁ. **Matriz de Conhecimentos Básicos**. Fortaleza: Secretaria da Educação, 2021b. Disponível em: <[https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/07/MCB-2021-Versao-0208\\_2021.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/07/MCB-2021-Versao-0208_2021.pdf)>. Acessado em: 1º de setembro de 2024.

GALLO, Silvio. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas: Papirus, 2012.

Uma tentativa de responder provisoriamente à pergunta “o que é filosofia?” No contexto do ensino médio  
COSTESKI, E.; ALMEIDA, Y. C. M

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. Sétima edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de filosofia:** das origens à idade moderna. São Paulo: Globo, 2005.

RUSSELL, Bertrand. **Los problemas de la filosofía.** Disponível em:  
<[https://www.filosofem.cat/IMG/pdf/russell\\_los\\_problemas\\_de\\_la\\_filosofia.pdf](https://www.filosofem.cat/IMG/pdf/russell_los_problemas_de_la_filosofia.pdf)>. Acessado em: 7 de setembro de 2024.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental.** Livro Primeiro. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SAVIAN FILHO, Juvenal. **Filosofia e filosofias:** existência e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio volume 3:** ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)>. Acessado em: 1º de setembro de 2024.